

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.954 - MG (2019/0140193-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : WESLEY JUNIO RIBEIRO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por **WESLEY JUNIO RIBEIRO DE SOUZA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se que o recorrente foi condenado à pena privativa de liberdade de 03 (três) anos e 10 (dez) dias-multa, em regime aberto, pelo cometimento do delito previsto no art. 16, § único, da Lei n. 10.826/03, substituída por duas restritivas de direitos: prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

Durante o cumprimento das penas restritivas de direitos, houve a conversão em privativa de liberdade, pois o recorrente deixou de cumprir, em duas ocasiões, as penas impostas: na prestação dos serviços a comunidade (nascimento da filha) e no pagamento da pena pecuniária (pois está desempregado).

Irresignada, a d. Defesa impetrou **habeas corpus** na origem, o qual teve a sua **ordem denegada**, nestes termos (fls. 94-100):

"HABEAS CORPUS. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS CONVERTIDA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. MANDADO DE PRISÃO EXPEDIDO. REGIME ABERTO. POSSIBILIDADE. PLEITO DE CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR NÃO SUBMETIDO À ANÁLISE DO JUIZO PRIMEVO. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

- Convertida a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, deve ser expedido o mandado de prisão, ainda que o regime de cumprimento de pena seja o aberto, para que o reeducando cumpra a reprimenda nos exatos termos da sentença condenatória.

- Se o pedido de concessão da prisão domiciliar não foi objeto de análise em primeiro grau de jurisdição, não deve ser

o mesmo analisado, sob pena de indevida supressão de instância."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa sustenta que houve a justificação para o não cumprimento da pena restritiva de direitos, o que afastaria a conversão em privativa de liberdade.

Além disso que *"a sentença penal condenatória que fundamenta a execução determinou, em seu dispositivo, o cumprimento de pena em regime aberto. [...] Entretanto, na comarca de origem, o estabelecimento prisional supracitado encontra-se inativo, fato que, segundo entendimento consolidado pelo excelso Supremo Tribunal Federal, inviabiliza o recolhimento de apenados em estabelecimentos prisionais destinados a regimes mais gravosos"* (fl. 119).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para *"cessar o constrangimento ilegal a qual o recorrente esta submetido, determinando a expedição do salvo conduto. [...] Meritoriamente, a concessão da ordem em Habeas Corpus de ofício, para determinar que o recorrente continue a cumprir a pena Restritiva de Direitos, com determinação de recolhimento do mandado de prisão; e, por conseguinte determinar a expedição do alvará de soltura"*.

O pedido liminar foi **indeferido**, às fls.

Informações, às fls. 140-142; 153-177 e 187-192.

O d. Ministério Público Federal oficiou pela **perda do objeto**, nos termos da ementa abaixo (fls. 194-196):

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CONDENAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. DESCUMPRIMENTO. CONVERSÃO. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO RESTABELECENDO AS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO EM AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA. PERDA DE OBJETO.

- Parecer no sentido de julgar prejudicado o recurso em habeas corpus por perda de objeto."

É o relatório. **Decido.**

Segundo informações prestadas, o quadro fático apresentado neste **writ** teve drástica mudança pelo proferimento de decisão superveniente, nesses termos (fls. 190-192): *"Em audiência admonitória (100.1), foram aceitas as condições pelo sentenciado e determinada a expedição de alvará de soltura. O mencionado alvará foi devidamente cumprido, conforme informado no ofício inserto no seqüencial 109.1.[...] No momento, o sentenciado vem cumprindo a pena no regime aberto, já tendo, inclusive, comprovado o exercício de labor lícito (seq. 122.2)".*

Ante o exposto, julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**, em razão da perda superveniente do objeto (art. 209 do RISTJ).

P. I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator